

1 **ATA DA 9ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE**
2 **DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020, realizada no dia**
3 **02/062020 (terça-feira), de 14:15h às 17:15, através de videoconferência.** A
4 Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias
5 Hidrográficas (FFCBH) do dia 02/06/2020, foi iniciada pelo Coordenador, José
6 Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos membros: Paulo de Tarso
7 de Lima Pimenta (CBH Guandu), José Arimathéa Oliveira (CBH MPS), Vera Lúcia
8 Teixeira (CBH MPS), Luís Eduardo Amorim Ramos (CBH Piabanha), Licius de Sá
9 Freire (CBH R2R), Cársar Bassi Costa (CBH BIG), Maria Inês Paes Ferreira (Macaé
10 Ostras) e Eduardo Pimenta (CBH LSJ) e os convidados Magno Neves (CBH BG),
11 Rafaela Facchetti (CBH Piabanha), Alba Reis (CBH BIG), Luís Carlos Teixeira (CBH
12 LSJ) e Victor Lisboa (AGEVAP) e a equipe: Roberta Abreu (AGEVAP) e Larah Emediato
13 Ribeiro (AGEVAP).

14 **Item 1. Abertura:**

15 A assembleia foi iniciada pelo coordenador **José Arimathéa**, que deu boas-vindas aos
16 presentes e realizou a leitura e orientação das regras de conduta para
17 videoconferência.

18 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

19 A pauta, previamente enviada, foi lida e **Luís Eduardo** sugeriu a alteração da posição
20 do item **Preparação para a reunião do GT FUNDRHI** para ser tratado após a
21 aprovação das atas e que incluísse o item **Atuação no CERHI**. Todos aprovaram a
22 pauta com a alteração.

23 **Item 3. Aprovação das atas das Assembleias dos dias 05/05/2020 e 12/05/2020;**

24 **José Arimathéa** informou que as duas atas haviam sido enviadas previamente e
25 questionou se havia alguma sugestão de alteração. Não houve manifestações para
26 alterações, portanto as referidas atas foram aprovadas.

27 **Item 4. Preparação para a reunião do GT FUNDRHI;**

28 **José Arimathéa** informou que há uma reunião do GT FUNDRHI prevista para
29 acontecer no dia 04/06/2020 e que existe algumas demandas que deveriam ser
30 resgatadas para definição. Projetou a convocatória da reunião e leu a pauta, abrindo a
31 palavra para manifestações.

32 **Cesar Bassi** comentou que há um valor remanescente do CBH BIG e que colocariam
33 os projetos do comitê para serem apreciados nas próximas parcelas contempladas.

34 **Luís Eduardo** disse que aquando houve a manifestação do projeto de lei na Alerj em
35 dezembro, foi feita uma força tarefa no CBH Piabanha para solicitar os recursos do
36 FUNDRHI, no entanto não foi liberado em tempo hábil. Disse que a justificativa de **Hélio**
37 **Vanderlei** de estar assoberbado de trabalho, tendo como consequência o arresto de
38 30% desse valor. Informou que o Piabanha está pensando em entrar com um processo
39 contra Hélio, uma vez que, se não havia tempo para analisar os pedidos, deveriam
40 liberar primeiro e analisar depois. Pediu que os demais comitês opinassem quanto a
41 essa manifestação e informassem se ocorreu o mesmo com as suas solicitações. Disse
42 que o comitê já solicitou o saldo que possuía, mas após solicitar formalmente através
43 de carta, não houve mais reunião do FUNDRHI e que esperam que esse recurso seja
44 contemplado na próxima parcela.

45 **José Arimathéa** comentou que nas próximas parcelas estava incluído o repasse de
46 custeio, o que, segundo **Vera Lúcia**, não aconteceu, logo deveriam hierarquizar os
47 comitês. Informou que o CBH MPS também não havia recebido após enviar a carta ao
48 Órgão Gestor em dezembro para solicitar o recurso e que acreditava que havia
49 acontecido o mesmo com todos os comitês, mas que não havia conversado em nível
50 de diretoria e plenária sobre entrar judicialmente contra, portanto não teria uma opinião
51 formanda sobre.

52 **Rafaela** disse que não poderiam entrar na justiça diretamente contra **Hélio Vanderlei**,
53 mas sim mover um processo junto ao Ministério Público. Opinou que seria interessante
54 entrar com como Fórum, já que os recursos de todos os comitês não foram repassados
55 causando perdas significantes. Afirmou ser importante haver essa união para realizar
56 uma queixa formal ao MPE e ao INEA para que os comitês sejam ressarcidos.

57 **Paulo de Tarso** disse que o CBH Guandu teve um arresto grande e que realizaram a
58 mesma solicitação de recursos dos demais comitês em dezembro, a qual não foi
59 contemplada. Disse que já havia salientado isso em outras reuniões e que concordava
60 que deveria ser realizada uma ação coletiva do FFCBH ou CERHI para apresentar os
61 valores arrestados. Comentou que já estava vendo alguns caminhos, mas que primeiro
62 deveria haver manifestação de vontade dos demais comitês a fim de fazer essa ação
63 coletiva. Informou que o CBH Guandu já possui uma planilha com os valores solicitado
64 e arrestado e que irá correr atrás para recuperar esse valor, mas que seria mais
65 eficiente se todos os comitês fizessem essa iniciativa em conjunto.

66 **José Arimathéa** sugeriu que solicitassem uma conversa com **Maximino** logo após a
67 reunião do GT FUNDRHI para que fossem orientados em como agir nessa situação.
68 **Luiz Carlos** disse que achava pertinente a iniciativa já que o CBH LSJ também havia
69 sofrido grande arresto.

70 **Lícius** disse que vê três “dinheiros” diferentes: o primeiro é do GT FUNDRHI, de um
71 arresto de anos atrás, no qual o autor da provocação ao MPE não foi o FFCBH, mas
72 sim a ONG Nosso Vale Nossa Vida!. Disse que no momento de aplicação da lei
73 aprovada em dezembro houve uma discussão de caberia taxar 30% desse fundo e foi
74 definido que não. Lembrou que quando saiu esse PL, todos os comitês fizeram pedidos
75 ao INEA, mas que tradicionalmente o órgão não processa esses pedidos de forma
76 rápida, logo deveria verificar quando o processo começou a correr dentro do INEA, pois
77 se o processo foi empenhado antes da aprovação da lei e ocorreu a taxaço, é ilícito,
78 no entanto, se ainda não havia sido empenhado, a taxaço foi licita. Opinou que, se
79 ocorreu taxaço por demora do estado, deveria ser conversado com o **Maximino** para
80 analisar se a demora no andamento do processo foi usual ou se ouve uma lentidão
81 além do normal.

82 **Paulo de Tarso** disse que a partir do momento que se deu a entrada do pedido de
83 recurso no INEA e foi protocolado, o estado não poderia arrestar esse valor. Comentou
84 que tinha algumas informações que ele precisaria resgatar sobre os assuntos de outras
85 linhas de interpretação.

86 **José Arimathéa** disse que contataria **Maximino** para que ele estendesse a sua
87 presença após a reunião do GT FUNDRHI para discutir o assunto junto aos
88 representantes do FFCBH. (Encaminhamento) Retornou o assunto para tratar dos
89 comitês que ainda deveriam receber recursos nas próximas parcelas do FUNDRHI e
90 solicitou que os demais se pronunciassem.

91 **Maria Inês** disse que o CBH Macaé ainda possuía recurso a ser recebido, mas que
92 **Adriana Saad** havia levantado as informações para apresentar durante a reunião pelo
93 CILSJ.

94 **Cesar Bassi** disse que o CBH BIG tinha um recurso para projeto de incentivo a
95 pesquisa que sairia na próxima parcela, mas que não saiu, logo teria que verificar se
96 ele estaria na sexta parcela e dividir o que faltar nas parcelas restantes. Concordou que
97 pode haver um ajuste para que haja a prioridade do pagamento da delegatária,
98 intercalando os projetos.

99 **Luís Eduardo** questionou se o INEA havia repassado o recurso de custeio para a
100 delegatária e se, como não houve reunião do GT FUNDRHI depois que foi
101 encaminhada as cartas solicitando recurso, essa solicitação havia sido formalizada.

102 **José Arimathéa** informou que havia contado **André** para atualização do repasse e
103 **Marcos** para atualização do GT FUNDRHI.

104 **Vera** disse que na última reunião do GT FUNDRHI houve uma discussão sobre o
105 repasse e foi colocado que, uma vez que havia dinheiro para custeio e transposição,
106 bastava as delegatárias enviarem uma carta solicitando o recurso de custeio e o
107 CEIVAP solicitando recurso de transposição. Informou que o CBH BIG possuía parcelas
108 pendentes para receber, mas que faltava a aprovação do CERHI de uma modificação
109 do PAP do comitê, que o CBH Macaé possuía um projeto em processo de finalização
110 e que o CBH BG havia aberto mão da participação dessa parcela. Concluiu que foi
111 definido que a próxima as próximas parcelas seriam destinadas a transposição, custeio,
112 ao CBH Macaé e CBH BIG e, em sequência, seria do CBH BG e CBH Guandu.

113 **Maria Inês** disse que entrou em contato com o CILSJ e foi informada que o CBH Macaé
114 Ostras possuía recurso a receber, sendo que esses recursos seriam para Projeto de
115 Saneamento de Rio das Ostras, Biodigestores em Boa Esperança e a primeira parcela
116 do PSA.

117 **Paulo de Tarso** disse que tão importante quanto discutir o resgate do recurso arrestado
118 e a colocação dos próximos projetos, é a discussão de que o recurso de arrecadação
119 normal anual não caia na mesma conta, mas sim que vá direto para as delegatárias e
120 esse valor não seja arrestado no final do ano.

121 **José Arimathéa** disse que o repasse direto a delegatária está sendo colocada para o
122 INEA, mas que depende boa vontade do Órgão Gestor. Colocou que esse pleito deveria
123 ser inserido como sugestão no novo modelo do contrato de gestão para reduzir as
124 retiradas do FUNDRHI. Informou que durante a reunião não havia conseguido contatar
125 **Marcos** durante a reunião e que **André** havia respondido quanto ao repasse de custeio,
126 informando que ainda não havia sido realizado, mas que tinha reiterado o pedido e que
127 agora se encontrava na procuradoria.

128 Concluiu o encaminhamento que, para a próxima parcela do TAC será destinado ao
129 custeio das delegatárias e a outra parcela seria pleiteada parte pelo CBH BIG, parte
130 pelo CBH Macaé Ostras e pelo CBH Piabanha e posteriormente, sua complementação
131 seria para o CBH BG e CBH Guandu. **José Arimathéa** disse que iria propor esse
132 encaminhamento no grupo do FFCBH no Whatsapp para que houvesse manifestação
133 dos demais comitês e de **Marcos**. (Encaminhamento)

134 **Item 5. Verificação da planilha de encaminhamentos;**

135 **Roberta** apresentou a planilha para os presentes, explicando suas colunas e sua
136 funcionalidade. **José Arimathéa** leu as demandas que ainda estavam em aberto para
137 os presentes, comentando as mais relevantes. Disse que os PLs a serem debatidos a
138 cada reunião não estava ocorrendo no momento devido ao fluxo de reuniões, mas que
139 anteriormente a pandemia, estavam separando para debate 1 ou 2 PLs. Comentou
140 também que ainda não havia procurado com o **Deputado Luís Paulo** uma indicação

141 para funcionário para acompanhamento da Alerj, pois o TdR da contratação ainda
142 estava sob consulta no INEA para ser melhor definido.

143 **Maria Inês** comentou que já havia enviado para o Nelson sua apresentação de
144 pesquisa para que entre na agenda do FNCBH. Com essa informação, o status da
145 demanda foi alterado como concluído.

146 Quanto a demanda de distribuir os encaminhamentos entre as secretarias dos demais
147 comitês, **Roberta** comentou que apenas o CBH Macaé Ostras se disponibilizou em
148 ajudar na demanda do mecanismo de cobrança. **José Arimathéa** pediu que os demais
149 representantes de comitê observassem pontos que poderiam ajudar. **Roberta**
150 comentou que a minuta da resolução interna do FFCBH para regular realização de
151 videoconferência já tinha sido elaborada e **José Arimathéa** solicitou que fosse incluída
152 a aprovação na próxima reunião. (Encaminhamento)

153 **José Arimathéa** disse que havia recebido a informação de que não há limitação do
154 custeio, mas sim uma resolução anual do CERHI que autoriza o gasto de recurso de
155 custeio de cada comitê baseado no seu PAP. Pediu para que colocasse o item referente
156 a essa informação como concluído. Quanto ao encaminhamento de treinamento dos
157 diretores dos CBHs quanto a auditorias das delegatárias, solicitou que inserisse como
158 observação que deveria realizar o estudo do manual de avaliação do contrato de gestão
159 do INEA.

160 Todos os pontos levantados como concluídos e as sugestões de alterações e
161 observações foram alteradas na planilha durante a reunião.

162 **Item 6. Realização do VIII ECOB (2020);**

163 **José Arimathéa** introduziu a pauta, lembrando que foi definida a suspensão da
164 realização do ECOB em maio, tendo previsão de realização para o final do ano e que,
165 ao final de maio, seria realizada a reavaliação sobre manter ou não a realização em
166 2020 diante ao cenário pandêmico.

167 **Vera Lúcia** propôs que o evento fosse realizado ainda em 2020, devido ao trabalho
168 que já havia sido realizado pela secretaria executiva, mas que precisaria definir a data
169 mais à frente em função das eleições.

170 **João** disse que concorda com a linha de sugestão de **Vera** e acrescentou que deveria
171 ser definida e fechada a data nos próximos dois meses, mas que precisaria ver com a
172 secretaria executiva do FFCBH se seria possível realizar nesse prazo. Opinou que a
173 realização em 2020 era positiva pois marcaria o retorno as atividades e lembrou que a
174 eleição do FFCBH é realizada durante o ECOB, logo, seu adiamento, traria o
175 prolongamento do mandato da coordenação. Sugeriu que a coordenação do FFCBH
176 fosse prolongada por mais um ano.

177 **Luís Eduardo** disse que via a possibilidade de realizar a eleição sem ser no ECOB e
178 sugeriu que poderia ser até realizada virtualmente, caso necessário.

179 **Rafaela** opinou que seria mais prudente prolongar o mandato e discordou que fosse
180 realizada eleição virtual, pois se tornaria passível de ser questionado judicialmente.
181 Sugeriu que fosse prorrogado o mandato até o próximo ECOB e que os atuais
182 coordenadores não poderiam ser candidatos na eleição seguinte.

183 **Vera** disse que concordava de não realizar a eleição de forma remota, mas que
184 discordava de que, se houvesse a prorrogação, os coordenadores deveriam ser
185 impedidos de serem reeleitos. Sugeriu que seguissem o rito do processo eleitoral,
186 respeitando os prazos e ressaltou que, de acordo com a norma do FFCBH, os
187 coordenadores podem ser eleitos mais uma vez, logo essa prorrogação não deveria
188 impedir essa recondução.

189 **Luís Eduardo** disse que o FFCBH não está incluído no sistema, logo, ao seu modo de
190 ver, o Fórum tem total autonomia. Disse que defende o direito a reeleição sem limite de
191 vezes, pois acredita que a alternância de poder é natural, quando há insatisfação com
192 a representação. Opinou que as reuniões virtuais são a realidade do momento e, que
193 após a pandemia, deveria garantir que seja possível participar virtualmente para facilitar
194 a presença dos comitês que estão geograficamente mais afastados.

195 **Maria Inês** disse que a organização do Fórum da Juventude está estudando a
196 possibilidade de realizar parte do evento de forma virtual, criando salas de debate.
197 Informou que o encontro ocorreria em setembro, mas que foi adiado diante a pandemia
198 e que, definindo a data do ECOB, seria planejado em função dessa deliberação.

199 **Cesar** disse que é difícil definir aprovar uma data para o evento diante o cenário atual
200 e disse que se houver o ECOB presencial em novembro, poderá realizar a condução
201 da eleição, caso contrário, resolve-se a recondução posteriormente.

202 **José Arimathéa** sugeriu que fosse realizado o ECOB ainda em 2020, no município de
203 Itatiaia, entre a última semana de outubro e a primeira quinzena de novembro e que a
204 data fosse fechada na última reunião do mês de julho. Quanto ao mandato, propôs que
205 houvesse prolongamento do mandato da coordenação até esse período, seguindo a
206 data do ECOB ou, caso não ocorra, seja definido posteriormente para uma reunião
207 presencial.

208 **Lícius** disse que via três cenários: o ECOB ser realizado presencialmente em 2020 e
209 ocorreria eleição conforme previsto; o ECOB ser virtual em 2020 no qual deveria decidir
210 se realizaria eleição virtual ou prorrogação do mandato até que fosse possível realizar
211 votação presencial; e a não realização do ECOB, prorrogando a atual gestão.
212 Comentou que o FFCBH está afinado há muito tempo e quem irá coordenar não faz
213 diferença, mas sim ter relações próximas para ter discussões elevadas e ferramentas
214 para manter a comunicação e as demandas, opinando que as ações realizadas são
215 mais importantes que a figura que irá coordenar.

216 **José Arimathéa** comentou que era importante de que houvesse a clareza dos demais
217 membros que os atuais coordenadores não querem aproveitar de uma situação para
218 poder estar à frente do FFCBH e se preocupa em deixar transparente as ações.

219 Foi feita uma votação para definir a continuidade da realização do ECOB em 2020 e a
220 maioria dos presentes votou favorável na realização presencial entre final de outubro e
221 primeira quinzena de novembro, na cidade de Itatiaia, havendo reavaliação da data no

222 final de julho e com esforços para aumentar a transmissão e participação virtual.
223 (Encaminhamento).

224 Em relação a coordenação do FFCBH, foi definido a prorrogação da atual coordenação
225 do Fórum até a realização do próximo ECOB e, caso não viesse a ser realizado em
226 2020, retomariam essa discussão. (Encaminhamento)

227 **Item 7. Atualização sobre o andamento dos estudos referente aos Contratos de**
228 **Gestão;**

229 **Maria Inês** disse que no CBH Macaé Ostras já existia um grupo técnico de
230 acompanhamento do contrato e que, com a demanda do Fórum, alterou-se a
231 competência do grupo para que assumisse a tarefa de estudar o contrato de gestão.
232 Informou que a primeira reunião havia sido na semana anterior e foi aberta para
233 participação dos membros da plenária, resultando em algumas reflexões e
234 deliberações. Enumerou as conclusões, dizendo que o modelo de contrato em vigor,
235 tendo o comitê de bacia como interveniente, parece ser adequado para ser aplicado
236 para todos os comitês de bacia do Rio de Janeiro, uma vez que legalmente podem ser
237 responsabilizados por problemas na aplicação dos recursos. Disse que no novo
238 contrato a ser firmado devem estar estabelecidas as obrigações do órgão gestor, que
239 não são descritas no contrato atual, nem no termo aditivo. Lembrou que o INEA recolhe
240 10% das cobranças para cumprir suas atribuições legais, mas que o retorno tem sido
241 considerado insatisfatório, já que nem a sede do CBH Macaé Ostras está sendo cedida
242 pelo INEA. Disse que todos os indicadores de gestão atual foram apresentados e
243 explicados e foram considerados adequados, mas que haveria um estudo para que
244 pudessem atualizar no próximo contrato. Finalizou que o grupo de trabalho está criando
245 um cronograma para fazer adequações no novo contrato, focando em indicadores,
246 metas e sugestões das cláusulas contratuais do órgão gestor.

247 **José Arimathéa** disse que os comitês do Contrato 01/2010 finalizaram a avaliação
248 conjunta do contrato, que ocorreu após a análise individual de cada comitê para
249 levantar as melhorias. Disse que, assim como o CBH Macaé Ostras, foi levantada a
250 fragilidade das definições das obrigações do INEA e da relação das metas da

251 delegatária, comentando que haveria uma reunião no dia 05/06/2020 para trabalhar
252 melhor a definições de metas a serem propostas. Disse que há bastante considerações,
253 mas que acreditam que as mais importantes estão nos registros de metas, já que é
254 onde será pautada a relação com a delegatária no dia-a-dia.

255 **Maria Inês** explicou que o CBH Macaé Ostras nasceu junto ao CILSJ e que vem
256 construído as relações e desenvolvendo em conjunto, por isso haviam convidado a
257 delegatária para participar e contribuir na elaboração dessas conclusões.

258 **Luís Carlos** informou que o CBH LSJ também havia realizado reunião para discussão
259 do contrato e foi definido que o contrato atende o que é proposta na legislação e que
260 os indicadores e meta estão coerentes como sistema, embora houvesse alguns não
261 pudessem ser cumpridos devido à falta de repasse de verba. Disse que haviam
262 encaminhado ao jurídico do CILSJ para que dessem um parecer mais profissional
263 quanto a parte jurídica do contrato de gestão.

264 **Cesar** disse que foi colocado junto ao CBH Guandu o interesse de haver renovação do
265 contrato e que, com a troca de diretoria do CBH BIG, foi reativado o grupo de avaliação
266 do contrato e eles iniciaram as análises do contrato de gestão.

267 **José Arimathéa** disse que os cronogramas precisam ser afinados para dar sequência
268 a discussão, já que os próximos passos são abrir diálogo com as delegatárias e com o
269 Órgão Gestor. Comentou que a ideia era já possuir os estudos definidos até a semana
270 seguinte para que fosse realizada um estudo comparativo de cada um dos contratos.
271 Sugeriu que os comitês se organizassem para que no dia 09/06/2020 tivessem as
272 considerações dos contratos definidas avaliação.

273 **Cesar** informou que não haveria como confirmar que na semana seguinte teriam os
274 pontos de avaliação do contrato fechados e debatidos com o CBH Guandu, mas que
275 teria uma reunião nesta semana e poderiam menor definir.

276 **José Arimathéa** colocou que os corpos dos contratos são semelhantes, independente
277 da disparidade de arrecadações, já que se trata mais da ordenação de relações da
278 contratada (delegatária) e o contratante (INEA). Lembrou que na semana anterior havia

279 sido cancelada a reunião do FFCBH para que fosse realizados encontros para
280 discussão e estudo de cada contrato de gestão e comentou que o G4 está realizando
281 reuniões as terças e sextas-feiras e que no dia 05/06/2020 seria fechado com as
282 discussões das metas. Questionou se seria possível no dia 12/06/2020 já possuir uma
283 versão estudada do corpo dos contratos, para no dia 16/06/2020 realizar a análise
284 comparativa de todos os contratos.

285 Após deliberação entre os presentes, foi definido que não haverá reunião do FFCBH
286 no dia 09/06/2020 e que essa data seria reservada para que os comitês se juntassem
287 e discutissem seus contratos de gestão. Haverá reunião no dia 16/06/2020 para
288 comparação dos contratos comitês devem enviar sua contribuição até o dia 12/06/2020
289 para o e-mail do FFCBH para que a secretaria realize um compilado comparativo para
290 apresentar nessa reunião. No dia 23/06/2020 será realizada reunião do FFCBH junto
291 ao INEA e às delegatárias para apresentar formalmente os estudos realizados.
292 (Encaminhamentos)

293 **Item 8. Atuação do CERHI**

294 **Luís Eduardo** disse que propôs esse tema pois gostaria de trazer para o FFCBH a
295 discussão sobre a atuação de direcionamento das atividades dos comitês pelo CERHI
296 e até onde está a independência dos CBHs em relação ao conselho. Disse que como
297 Fórum, deve haver uma estratégia de avançar dentro do conselho e que já pediu à
298 **Adriana Pizão** a relação dos atuais membros e dos novos membros para que houvesse
299 uma avaliação por parte dos comitês. Opinou que o Fórum deve manter um papel
300 político defendendo os interesses dentro do CERHI e que, pessoalmente, questiona a
301 subordinação dos comitês ao CERHI. Pediu que essa questão fosse incluída como
302 pauta para uma próxima reunião. (Encaminhamento)

303 **Rafaela** disse que acredita que enquanto não houver um mecanismo que dê a
304 comprovação da votação online através de registros, não seria viável fazer eleições e
305 discussões de votações em uma plenária virtual. Afirmou que se a resolução que
306 regulariza as reuniões não presenciais veio do CERHI, deveria haver uma que definisse
307 sobre votações.

308 **João** disse que, como Fórum, os comitês deveriam tomar uma postura comum e ter
309 uma fala única. Comentou que o CERHI é um tripé do sistema e que deveria ser ouvido,
310 mas que o INEA deveria apenas fazer um suporte como ente público e não dar diretrizes
311 e dizer o que deve conter nos contratos de gestão. Opinou que deve haver autonomia
312 dos comitês frente ao INEA e outros órgãos, mas que o Conselho deve ser um parceiro.

313 **José Arimathéa** disse que esse debate de discussões virtuais são a realidade do
314 momento e que pretende continuar utilizando esse mecanismo, mas que concordava
315 que deveria amadurecer quanto a eleições e votações, uma vez que a imersão na
316 utilização desse videoconferências, ainda é recente. Comentou que o CERHI é o Órgão
317 colegiado do sistema, que serve para dar suporte e acompanhamento das ações dos
318 comitês. Disse que, para ele, o maior desafio é aproveitar o momento de atualização
319 do CERHI para que possam dar uma nova dinâmica ao conselho, observando que
320 algumas pautas debatidas no FFCBH, como análise de PLs, poderiam ser debatidas
321 diretamente no CERHI, já que eles possuem autoridade legal para influenciar.

322 **Rafaela** disse que todos os presidentes de comitês deveriam enviar a demanda ao
323 CERHI, a fim de buscar um respaldo legal para realizar eleições, uma vez que todo
324 regimento deve passar pelo CERHI.

325 **Luís Eduardo** disse que fez uma proposição para o Regimento interno do CEIVAP e
326 do CERHI para alteração da quantidade de membros, pois entende que o CERHI é a
327 instância máxima, mas não democrática no momento, uma vez que pode haver
328 membros da sociedade civil e usuários que não façam parte dos comitês. Disse que o
329 ideal é atrelar essa participação a apenas membro de algum comitê de bacia do Estado.

330 **Item 9. Assuntos Gerais;**

331 Não houve assuntos gerais a serem tratados nessa reunião.

332 **Item 10. Encerramento.**



FÓRUM FLUMINENSE
DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

333 **José Arimathéa** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17:15. A
334 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de
335 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

336 **Ata aprovada. Assinatura será após período de isolamento devido à pandemia.**

337

338 **José Arimathéa Oliveira**

João Gomes de Siqueira

339 Coordenado Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

340

341 ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.